

Milliet diz que País só dará garantia a juros de dívida convertida em títulos

BETH CATALDO

BRASÍLIA — O Governo brasileiro pretende garantir aos credores externos apenas o pagamento dos juros da parcela da dívida convertida em títulos, condicionando o cumprimento dos compromissos relacionados aos débitos convencionais ao comportamento do balanço de pagamentos do País. O Presidente do Banco Central, Fernando Milliet, que forneceu a informação, explicou que o serviço da dívida tradicional, não convertida em títulos, poderá variar a cada ano, de acordo com as disponibilidades do balanço de pagamentos brasileiro.

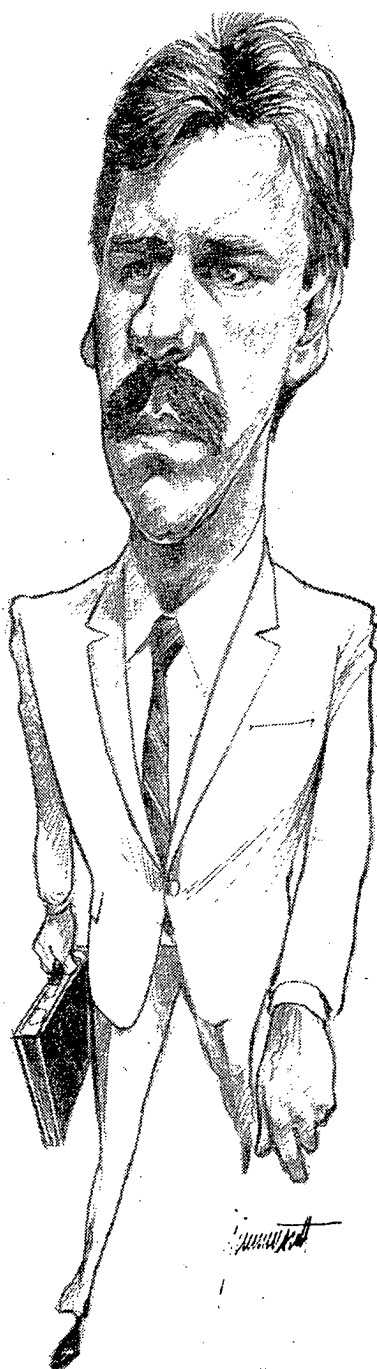
A proposta de renegociação da dívida externa brasileira prevê, também, segundo Milliet, o estabelecimento de taxas de juros fixas para os débitos convertidos em títulos. Apesar de a determinação dessa taxa ainda depender de entendimentos com os bancos credores, a intenção do Governo manifestada por Milliet é a de que não seja ultrapassado o limite real, ou seja, descontada a inflação da moeda do débito, de 3% ao ano. Em termos nominais, ele acredita que seja factível um teto máximo de 6% ao ano, o que determinaria, atualmente, um nível real de juros ainda inferior a 3%, levando-se em conta que a inflação americana é de pouco mais de 3% anuais.

— O que não é possível é arcarmos com o nível atual de juros — afirmou.

O Presidente do Banco Central considera equilibradas as condições propostas pelo Governo brasileiro para a renegociação dos débitos com os bancos credores. A reconstrução da dívida em condições inovadoras deve ser reconhecida, avaliou Milliet, como uma solução viável para contornar os transtornos enfrentados pelo País nos caminhos tradicionais de renegociação de seus compromissos externos. Ele chamou a atenção para os percalços provocados periodicamente, nesta via convencional, pela política de elevação das taxas de juros adotada pelos Estados Unidos.

Milliet está convencido, apesar das críticas já feitas pela comunidade financeira internacional à proposta, de que os bancos não alimentam divergências em relação ao mérito que anima a posição brasileira, que se traduz na defesa do crescimento econômico do País e na vinculação dos encargos externos à realidade de seu balanço de pagamentos. Ele argumenta também que os bancos credores, por força mesmo da diluição dos débitos brasileiros entre mais de 700 instituições, não foram capazes de forjar lideranças que tomassem a iniciativa de propor novas condições de renegociação, o que acabou sendo assumido pelo próprio Ministro da Fazenda, Bresser Pereira.

Uma estruturação mais duradoura da dívida externa brasileira é de interesse também dos credores externos, acrescentou Milliet. Sua justificativa é de que a manutenção de



Fernando Milliet

condições precárias para o pagamento da dívida externa gera instabilidade na economia brasileira, prejudicando todo o processo de canalização de investimentos estrangeiros para o País. Ele não duvida que todos esses elementos são absorvidos hoje pelos credores — uma mudança significativa na posição dessas instituições, observou, já que em 1983 estavam convencidas da necessidade de um processo recessivo para o ajustamento da economia brasileira.

A expectativa de Milliet, que embarcou nesse domingo para os Estados Unidos, ao encontro do Secretário do Tesouro americano, James Baker, junto com o Ministro Bresser Pereira, é de que seja possível não só discutir os pontos já alinhavados na proposta do Governo brasileiro para a renegociação, como também receber sugestões que facilitem, segundo ele, o encaminhamento dessas negociações.